

das Tropas Aerotransportadas, tenente-coronel de infantaria pára-quedista Nuno Domingos Marques Cardoso.

4 de Maio de 2006. — O Comandante das Tropas Aerotransportadas e da Brigada Aerotransportada Independente, *Eduardo Manuel de Lima Pinto*, MGEN.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

### Despacho (extracto) n.º 16 601/2006

Por meu despacho de 30 de Junho de 2006, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006), revogo o despacho n.º 7470/2006 (2.ª série), publicado em 4 de Abril de 2006, na parte em que se exclui a candidata Isabel Maria Reis Simão Sobral, por falta de posse, e pelo mesmo despacho a candidata é exonerada a pedido. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Julho de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

### Despacho (extracto) n.º 16 602/2006

Por despacho de 13 de Julho de 2006 do director-geral:

Foi a licenciada Ana Clara Pereira Rodrigues de Carvalho, adjunta do conservador dos Registos Civil e Predial de Moimenta da Beira, nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial de Vila de Rei.

Foi a licenciada Carla Maria de Oliveira Sousa Dias, conservadora dos Registos Civil e Predial de Ourique, a exercer funções em regime de requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral (DADSI), nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial de Coruche e exonerada à data da posse no novo lugar.

Foi a licenciada Célia do Carmo Novais Leite de Almeida, adjunta do conservador dos Registos Civil e Predial de São João da Madeira, a exercer interinamente as funções de conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Pedrógão Grande, nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial de Pinhel e exonerada à data da posse no novo lugar.

Foi a licenciada Dionísia Pereira Braga, conservadora do Registo Civil da Trofa, nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial de Sever do Vouga e exonerada à data da posse no novo lugar.

Foi a licenciada Maria Manuel Ferreira de Campos Folhadela de Oliveira, conservadora dos Registo Civil e Predial de Monchique, a exercer interinamente as funções de conservadora dos Registos Civil e Predial de Cinfães, nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial de Vale de Cambra e exonerada à data da posse no novo lugar.

Foi o licenciado Rui Manuel Ferreira da Cruz, notário do Cartório Notarial de Coruche, nomeado para o lugar de conservador do Registo Predial de Santiago do Cacém e exonerado à data da posse no novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

### Aviso n.º 8435/2006

Por despacho da vice-presidente do Instituto da Água de 23 de Junho de 2006, foi autorizada a prorrogação da requisição para exercer funções na Divisão Sub-Regional de Viana do Castelo da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte de António Luís da Costa Lamas de Oliveira, assessor do quadro privativo da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais (Instituto da Água). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Julho de 2006. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.

### Despacho n.º 16 603/2006

Por despacho de 7 de Julho de 2006 do presidente do INIAP, foi Teresa Paula Carichas Carita Nunes, técnica superior estagiária, em comissão de serviço extraordinária, colocada na Estação de Melhoramento de Plantas, provida na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal do ex-INIA, onde se operou a reclassificação, a partir de 14 de Julho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Julho de 2006. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Teresa Gonçalves*.

### Despacho n.º 16 604/2006

Por despacho de 14 de Julho de 2006 do presidente do INIAP, foi autorizado o seu pedido de exoneração da função pública de Ana Paula Caparica Nunes, investigadora auxiliar do quadro de pessoal do ex-INIA, colocada na Estação Florestal Nacional, a partir de 6 de Julho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Julho de 2006. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Teresa Gonçalves*.

### Despacho n.º 16 605/2006

Por despacho de 21 de Julho de 2006 do presidente do INIAP, foi Maria Cristina de Almeida Peleção Fernandes Serrano, técnica superior estagiária em comissão de serviço extraordinária, colocada na Estação Agronómica Nacional, provida na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal do ex-INIA, onde se operou a reclassificação a partir de 14 de Julho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Julho de 2006. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Teresa Gonçalves*.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

### Despacho n.º 16 606/2006

Por se tornar necessário renovar a declaração de utilidade pública publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 214, de 17 de Setembro de 1991, nos termos do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atento ao despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, de 11 de Julho de 1991, que aprovou as plantas parcelares P3-E-200-10-01A e 02A e os mapas de áreas relativos à A3 — sublanço Famalicão-Cruz, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação das parcelas de terreno necessárias à construção deste sublanço, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a BRISA a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas nas plantas anexas, com vista à rápida conclusão dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas no mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se cautionados pela BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

24 de Julho de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.